

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Governo João Goulart e a Efetivação do Golpe de Estado no Brasil: 1961-1964

Monique Oliveira Abreu

Juiz de Fora
2011

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Governo João Goulart e a Efetivação do Golpe de Estado no Brasil: 1961-1964

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de História como pré-requisito à obtenção da
graduação em História por MONIQUE OLIVEIRA
ABREU. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria Marques
Lobo.

Juiz de Fora
2011

Governo João Goulart e a Efetivação do Golpe de Estado no Brasil: 1961-1964
Monique Oliveira Abreu

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Valéria Marques Lobo
(Doutora em Ciências Humanas – Ciências Políticas e Sociológicas – pela
IUPERJ)

Conceito Final: _____

Agradecimentos

Ao longo de minha vida muitas pessoas passaram e em muito contribuíram para a minha formação. No entanto, aqueles que sempre estiveram ao meu lado e são os merecedores dos maiores agradecimentos.

A meus pais, aqueles que me deram a vida e sobre tudo aqueles que, apesar de não terem me colocado no mundo, me deram o que é mais importante na vida – o amor. A educação, as cobranças, o carinho sempre fizeram parte da minha vida com eles. Além disso, agradeço toda a dedicação com que cuidaram de mim e o grande exemplo de vida que serviu para ser quem eu sou hoje.

Agradeço também aos familiares que em muito me incentivaram a dar prosseguimento aos meus ideais. Estes também são extensivos aqueles familiares que apareceram na minha vida e pude ter a oportunidade de escolher se iam ou não continuar trilhando o meu caminho. Aqueles que surgiram durante os primeiros anos de minha vida escolar e os que apareceram um pouco mais tarde e que permaneceram durante todos os momentos principalmente aquele que diz respeito a escolha da profissão que seguirá comigo por muitos anos. Somados a estes, aqueles que se tornaram também colegas de profissão, principalmente aqueles que embarcaram neste barco junto comigo. Em especial aquelas que além disto tudo foram companheiras de trabalho, de baralho. Aquelas que serviram muitas vezes de válvula de escape para as tensões, não apenas ligadas aos assuntos acadêmicos - Bruna Assis, Liliane Pires e Luísa Correard – e que pretendo manter sempre comigo.

Dentro deste contexto, os agradecimentos vão aos professores do curso que passaram de forma eficiente seus conhecimentos, dando a estrutura para minha formação profissional. Sobre tudo à Prof^a Dr^a Valéria Lobo que agiu como um porto orientando-me neste trabalho. Aos meus chefes, que me acolheram como estagiária ainda no 4º período de faculdade e que hoje me deram a oportunidade de conseguir um emprego e acima de tudo me acolheram como uma filha.

Em suma, estes agradecimentos são extensivos a todas as pessoas que passaram e minha vida e que de alguma forma deixaram algo de especial...

Resumo: O presente estudo tem por intuito realizar uma análise do governo João Goulart até a posse de Castelo Branco após a revolução de 1964. A crise econômica que tomava conta do Brasil, somada as tentativas de implementação da Reforma de Base foram partes integrantes da primeira fase do governo João Goulart. Isto será interpretado como ponto de partida para a deflagração da revolução. Neste sentido, em um segundo momento será analisada a iniciativa de Mourão Filho, que sai de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro a fim de retirar do poder o presidente mesmo contra a vontade de seus superiores. Por fim, teremos o início do governo militar, com a Posse de Castelo Branco e a implementação do primeiro ato Institucional que deu a carta branca para as perseguições e prisões políticas.

Palavras-chave: João Goulart, Revolução de 1964, Golpe Militar, Reformas de base.

Résumé : Cette étude a pour but de faire une analyse du gouvernement João Goulart à la possession du Castelo Branco après la révolution de 1964. La crise économique qui a frappé le Brésil, couplée à des efforts pour l'implémentation de la Réforme Fondamentale ont été une partie intégrante de la première phase du gouvernement de João Goulart. Ce sera considéré comme un point de départ pour le déclenchement de la révolution. En ce sens, dans une deuxième phase, sera analysé l'initiative Mourão Filho, qui sors de Juiz de Fora vers Rio de Janeiro afin d'éliminer le pouvoir du président même contre la volonté de ses supérieurs. Enfin, nous avons le début du gouvernement militaire, avec la possession de Castelo Branco et la première implémentation de la Loi Organique qui a donné carte blanche pour les poursuites et les prisons politiques.

Mots-clés: João Goulart, la Révolution de 1964, Coup d'Etat Militaire, Réforme Fondamentale.

Sumário

Introdução	06
Governo João Goulart	09
1.1 - Retorno ao presidencialismo e a crise econômica.	12
1.2 – As Reformas de base e a busca pela Reforma Agrária	15
Efetivação do Golpe de Estado	19
2.1 - O Dispositivo Militar	19
2.2- Início do fim: Discurso de 30 de Março e a iniciativa de Mourão	19
2.3- A Derrocada do Dispositivo e vitória do movimento revolucionário	22
Consolidação do Governo Militar: A posse de Castelo Branco	24
Conclusão	26
Referencias	29
Fontes	31

Introdução

Em meio a uma crise política que assolava no Brasil em 1961, João Goulart assume a presidência da república. Tudo teve seu início durante as eleições de 1960 que tivera como eleito Jânio Quadros – que era contra as ideologias políticas defendidas por João Goulart.

Mais tarde, Jânio renunciaria a presidência e inúmeras discussões sobre quem assumia o poder estavam ocorrendo. Militares colocaram-se veementemente contra a posse de Jango (apelido de infância). Entretanto, tendo como base à politicagem de seu cunhado Leonel Brizola somado a longa viagem china/Brasil, Goulart consegue assumir o poder¹.

Na tentativa de evitar que o poder vá para as mãos de Goulart, militares decretam o parlamentarismo. Todavia, em 1963, o então líder do governo realiza um plebiscito – parlamentarismo X presidencialismo. É através deste que Goulart recupera seus poderes presidenciais.

Neste mesmo ano, o presidente assume as reformas de base e além disto ocupa uma posição próxima à esquerda não negando porém seu viés conservador². Somado a isto, as forças contrárias ao governo (geralmente empresários e militares) tinham como ideal a retirada de João Goulart do poder já que na visão dos mesmos estaria indo contra a república. Além disto, havia uma tentativa de permanência no governo haja visto as tentativas de declarar estado de sítio ou até mesmo fazer com que o primeiro ministro detivesse a possibilidade de praticar atos legislativos³.

Em meio ao caos que assolava o país, no dia 30 de março de 1964, em convite de oficiais, Goulart realiza um discurso o que daria indícios que seria o início do fim do governo Goulart. É neste, que o presidente assume um posicionamento firme – não volta atrás na política de esquerda assumida por ele nem mesmo pensa na dissolução da “*Defensiva*” montada a fim de evitar

¹ GASPARI, 2002.

² idem

³ FICO. 2004

que a presidência lhe fosse tirada – frente à oposição que tentou a qualquer custo⁴.

Através disto, na cidade de Juiz de Fora (4º Região Militar), o general Olympio Mourão, que temia seu afastamento já que detinha de ideais diferentes do governo e não inspirava confiança sendo mantido no poder graças as suas desavenças com a brigada militar de Belo Horizonte, deu o primeiro passo para inicio do golpe que mudaria os rumos do país. Apesar da inesperada atitude de Mourão, outros militares vão tomando partido da revolução e assim, na tentativa de evitar uma guerra civil João Goulart sai do país.

Com a saída de Goulart, Raminieri Mazzilli, então presidente da câmara dos deputados é declarado presidente. Contudo, não consegue assumir já que ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, Arthur da Costa e Silva nomeia-se comandante do “exercito nacional” e assume o controle do “*comando supremo da revolução*”⁵.

É através deste comando que Humberto de Alencar Castelo Branco é nomeado primeiro presidente militar e é criado o primeiro ato institucional. Neste contexto, é permitido as primeiras cassações de mandatos parlamentares e suspensões de direitos políticos.

O período mais obscuro da história brasileira possui uma historiografia mais recente. Os primeiros estudos sobre o período foi retratado pelos cientistas políticos uma vez que há uma falta de interesse por parte dos historiadores em estudar, em parte pela dificuldade de encontrar fontes – grande parte dela ainda sofre “*censura*” – ou pela dificuldade em trabalhar com a história do tempo presente. Tal fato vem sendo desmistificado pelo aparecimento da “*história nova*” e do aparecimento de depoimentos memorialista sobre o mesmo.

A visão marxista do período tenta explicar os fatos através da idéia de que as classes dominantes foram às grandes culpadas pelo sucesso do

⁴ O Cruzeiro, 1964

⁵ FICO. 2004

golpe. Assim sendo, os militares tornam-se “*agentes instrumentais da burguesia*”.⁶

A pesquisa aqui demonstrada terá base as primeiras descrições do período. Assim, tomarei como fonte de estudo a literatura existente sobre o tema para assim analisar os acontecimentos que culminaram na saída de João Goulart do poder e vitória do movimento revolucionário que a princípio não teriam bases para a vitória.

O período escolhido para análise proposta encontra-se na entrada de João Goulart na presidência (8 de setembro de 1961) devido a grande crise que assolava o país. Para encerrar, pegarei a posse do Marechal Castelo Branco e as principais mudanças políticas.

Assim, no primeiro capítulo farei uma análise política da entrada de Jango no poder e das articulações realizadas na tentativa de evitar que o mesmo ligasse-se às esquerdas. Ao mesmo tempo em que lutava com todas as forças existentes para retirada do país da crise econômica e da luta pelas reformas de base, as quais não foram concretizadas. Em um segundo momento será aqui descrito as articulações do movimento revolucionário que culminou no exílio de Goulart no Uruguai. Por ultimo tratarei da finalização da revolução de acabou com a posse de Castelo Branco e nas primeiras cassações políticas no Brasil.

⁶ Idem.

Governo João Goulart

As eleições realizadas em 1960 colocam no poder adversários políticos. De um lado Janio Quadros (presidente) que prometia “*varrer a ordem política de que Jango era produto*”⁷. De outro lado João Goulart (vice-presidente), nacionalista. Isso, só foi possível, graças à constituição de 1946, a qual permitia que se votasse no candidato independente de seus partidos políticos. Contudo, Janio não da continuidade as suas perspectivas já que:

A 25.08.1961, Jânio Quadros submete sua renúncia ao mandato presidencial que é prontamente aceita pelo Congresso Nacional. O Vice-Presidente não assumiu, pois seu nome foi vetado pelos Ministros Militares. O Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume o poder, como substituto legal, no dia 26.08.1961, no Palácio do Planalto e governa o País por alguns dias. (...) ⁸

Com a renúncia de Janio, quem deveria assumir seu lugar, seguindo a constituição, seria seu adversário político e vice-presidente João Goulart que estava cumprindo assuntos políticos na China. Todavia, usando como justificativa as tendências ideológicas de Jango, as quais foram demonstradas pelo mesmo enquanto Ministro do Trabalho (incentivo a movimentos sindicais, os quais iam de encontro aos seus objetivos políticos e contra a classe trabalhadora) e a manutenção da ordem, da lei e da instituição democrática, três militares – Ministro da guerra (Odylio Denys), Ministro da Marinha (Sylvio Heck) e Ministro da Aeronáutica (Gabriel Gün Moss) – colocam-se contra a posse do mesmo ⁹.

Neste contexto, os conservadores, em oposição ao congresso, colocam-se a favor da saída de João Goulart e da realização de novas eleições. Os outros, inclusive alguns adversários políticos, dão apoio à manutenção da ordem constitucional. Assim, é montada, pelo congresso, uma comissão em prol da conciliação onde é implantado um regime parlamentarista

⁷ GASPARI, 2002.

⁸ REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Presidência da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/info_historicas/galeria_pres/galquadros>. Acesso em: 01. Jun.2011

⁹ HELENO, 2007

- visto por eles como uma forma de impedir golpe pelos militares de Janio e garantir o arcabouço institucional vigente¹⁰.

João Goulart, ao retornar ao País, assumiu a Presidência da República com seus poderes limitados. Após a introdução do Parlamentarismo, o Presidente é levado em ato público perante o Congresso Nacional em 07 de setembro de 1961, a comprometer-se a cumprir a Constituição da República, a fim de ser investido no cargo vago, em virtude da renúncia do senhor Jânio Quadros, conforme consta do Termo de Compromisso.¹¹

A partir deste momento, o primeiro ministro (Tancredo Neves - PSD) deviria então orquestrar um gabinete de outros ministros. Este seria composto pelos principais partidos – Partido Social Democrata (PSD), Partido dos trabalhadores do Brasil (PTB) e União democrática Nacional (UDN).

Assim, é possível perceber que a posse de Goulart fora garantida pelas forças moderadas. Havia, porém, uma necessidade de recuperação da parte dos poderes que lhe fora retirada. Nesse sentido, o presidente passa a adotar como meta o restabelecimento do regime presidencialista bem como a obtenção da confiança dos moderados sem, entretanto, perder o apoio das esquerdas.

A partir deste momento, para João Goulart governar significou um complicado malabarismo político. Sua posse fora garantida pelas forças moderadas, que, através do regime parlamentarista, lhe abriam um crédito de confiança limitado, a ser renegociado diante de cada iniciativa do governo. O apoio decisivo lhe vinha dos sindicatos, das organizações de esquerda e dos políticos nacionalistas, todos pressionando o Presidente na direção de uma política de reformas sociais. Recuperar os poderes presidenciais e conquistar a confiança dos moderados, sem perder apoio das bases de esquerda, foram as metas que o Presidente se propôs. Ao assumir a presidência, Jango lançou-se à organização de um Ministério moderado, representativo das diversas forças partidárias e, ao mesmo tempo, solidário com ele na campanha contra o regime parlamentarista. Assim foi o Gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro Tancredo Neves, figura expressiva do PSD.¹²

Entretanto, com a renúncia de Tancredo Neves em junho de 1962, é anunciado, por parte de João Goulart, o nome de Francisco Clementino de San Tiago Dantas para a cadeira vaga. Este, porém foi vetado pela UDN e PSD.

¹⁰ idem

¹¹ REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Presidência da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/info_historicas/galeria_pres/galquadros>. Acesso em: 01. Jun.2011

¹² Heleno, 2007

Como defesa deste, por diversas vezes, organizações operárias davam ameaças de greves. Mesmo com isto, o nome de San Tiago Dantas fora recusado pela câmara dos deputados. O fato em questão, fez com que o presidente cogitasse outro nome – Auro de Moura Andrade (PSD) presidente do senado – que gerou novas ameaças de greve caso o mesmo não fosse aceito¹³. O que pode ser considerado uma marca do forte apoio que o presidente tinha por parte das organizações sindicais.

Somente em 10 de julho, Jango e o congresso entram em um consenso no que diz respeito ao nome que ocuparia a cadeira de Primeiro ministro. Neste contexto, o gaúcho Francisco de Paula Brochado da Rocha é nomeado chefe do ministério – uns de seus primeiros atos seria então a antecipação do plebiscito, para dezembro de 1962, que decidiria os rumos do regime implantado.

Porém, o congresso tem por intuito marcar o plebiscito para abril de 1963 enquanto que outros ministros (Almirante Pedro Paulo de Araujo Suzano, da marinha; General Néelson de Melo, da guerra; brigadeiro Reinaldo Joaquim Ribeiro de Carvalho, da aeronáutica) apoiavam a iniciativa de antecipação do mesmo. Ao mesmo tempo Goulart tinha por aspiração que a votação ocorresse juntamente com as eleições do novo congresso – o que não aconteceu.

Sem o aval do congresso para a antecipação do plebiscito, Francisco de Paula Brochado da Rocha renuncia. Paralelamente, a ocorrência de manifestações populares, e ameaça de greve geral – realizada pela CGT e efetivada logo após a renuncia do primeiro ministro – faz com que o congresso aprove uma lei complementar que antecipava o veredito para janeiro de 1963¹⁴.

Dias antes da votação, uma estratégia política é utilizada para angariar apoio das centrais sindicais e dos trabalhadores. Tal manobra política consistia no aumento, em 75%, dos salários. E assim, utilizando do voto popular, é restabelecida a democracia no país. “A *Emenda Constitucional nº*

¹³ KORNIS, Mônica Almeida. Parlamentarismo: Sim ou não? In: A trajetória Política de João Goulart. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao> Acesso em: [17.jun.2011]

¹⁴ idem

06/63, restabeleceu o sistema presidencial de governo. Inicia, assim, a segunda fase do Governo Goulart que se estendeu até março de 1964”¹⁵.

1.1 – Retorno ao Presidencialismo e a Crise Econômica.

Em janeiro de 1963, Goulart dá posse a seu primeiro ministério. Estes teriam pela frente a missão de encontrar soluções para os problemas econômicos e sócias que assolavam o país. Como se sabe, a crise econômica vinha tomando corpo desde momentos anteriores à posse de Goulart, entretanto o retorno ao presidencialismo dá início uma nova fase que será marcada pela busca da popularização política, nacional e internacional¹⁶.

Paralelamente, as agitações populares, que tinham como intuito a reforma nas políticas públicas, também começam a ganhar força. Nesse sentido, as movimentações autônomas que ocorriam durante o período davam aos atores sociais uma maior densidade e capacidade de pressão.

Como forma de solução dos problemas econômicos, que foram anunciados antes do plebiscito como uma possível forma de angariar uma votação mais elevada no mesmo, fora adotado um novo modelo geral de orientação política. Tal reforma tinha como principal viés a criação do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social – elaborado por Celso Furtado (ministro extraordinário do Planejamento) – que buscava o estabelecimento de novas regras aliado a um instrumento regido de controle do déficit público e paralisação do crescimento inflacionário.

Neste sentido, a partir do controle do déficit público e das emissões que o alto índice inflacionário seria reduzido, o que deu ao plano uma característica gradualista. Seguindo este raciocínio, o objetivo deste seria chegar em 1965 com a taxa de inflação de 10% ao ano. Todavia, a meta parcial para o ano de 1963 era de 25% ao ano. Assim, o conjunto destas

¹⁵ REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Presidência da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/info_historicas/galeria_pres/galquadros>. Acesso em: 01. Jun.2011

¹⁶ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. In: FAPESP. Scielo - Scientific Electronic Library Online. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>. Acesso em: 05.jun.2011.

características fazia do plano um instrumento de “saneamento econômico”¹⁷ que tinha como objetivo a obtenção de recursos para as iniciativas governamentais – as atitudes viriam em prol do desenvolvimento nacional já que priorizavam os investimentos públicos os quais estavam intimamente ligados as reformas de bases pela qual a sociedade almejava.

A garantia do financiamento deveria vir de investimentos externos, do aumento das exportações e da implementação de novas medidas tributárias, com a proposta de impostos específicos para os contribuintes com altas rendas. Completando o conjunto geral de ações haveria uma re-equiparação dos preços e tarifas e um corte sistemático nos subsídios.¹⁸

O cumprimento destas metas ficou nas mãos de San Tiago Dantas (Ministro da Fazenda do Primeiro Ministério Presidencialista) o qual teria de administrar o Plano Trienal segundo as necessidades políticas e orçamentárias – a exigência de um aval internacional fez com que o ministro partisse para Washington para a aquisição de recursos o que não deu resultados favoráveis levando o governo a adotar novas medidas. Neste sentido, “(...) o governo decidiu adotar medidas rígidas de controle das despesas e de acesso ao crédito, sendo verificado, nos primeiros seis meses de 1963, um decréscimo de 30% no volume de créditos bancários obtidos pelo setor privado”.¹⁹

Através disto, a base trabalhista ligada ao governo de Jango, que realizavam uma grande pressão política, aliada aos resultados negativos do controle da inflação faz com que o governo libere os programas de subsídios das importações bem como de renegociação salarial para determinadas categorias. Tal atitude põe em xeque o controle de emissão e do déficit públicos, mas ao mesmo tempo torna-se uma marca da tentativa de consolidação da base política através da base econômica.

Contrariando as metas fixadas pelo FMI, que determinavam um aumento de 40% para as categorias funcionais, Goulart outorga um aumento de 56,25% para o salário mínimo além de acatar o acréscimo salarial do

¹⁷ SARMENTO, Carlos Eduardo. O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo. In: CPDOC. **A trajetória Política de João Goulart**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica> Acesso em 29.jun.2011

¹⁸ Idem

¹⁹ Idem

funcionalismo público (em torno de 60%). Assim, o déficit das contas públicas, no primeiro semestre aumenta em 30% o que conseqüentemente afeta o PIB culminando assim em uma recessão econômica – verificada no mês de junho de 1963 pelos técnicos do FMI. Tais fatos geram uma preocupação com os rumos da política econômica brasileira principalmente no que diz respeito aos elevados índices de inflação e da possibilidade de não cumprimento dos compromissos internacionais.

O impasse político econômico vivenciado no Governo João Goulart, traz consigo uma necessidade de reforma ministerial, o que foi realizado na tentativa de angariar um maior apoio dos setores conservadores e empresarial. Dentro desta perspectiva, Carvalho Pinto é indicado como novo ministro da fazenda – o que pode ser caracterizado como uma tentativa de arranjo político. Todavia, o mesmo não dispunha de instrumentos técnicos, tão pouco estabilidade política para realização de mudanças nos cursos da gestão política econômica.

Contudo, Carvalho Pinto tendo como base a edição do Instrução nº 255 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)²⁰, busca a criação de um novo mecanismo de estabilização da inflação e do financiamento do governo o que sofreu obstinações por parte dos bancos privados não tendo assim os efeitos almejados.

A radicalização política atingiria diretamente o Ministério da Fazenda nos últimos meses de 1963. Pressionado pelos entusiastas da adoção de medidas nacionalizantes extremas e pelos críticos radicais do receituário dos credores externos, Carvalho Pinto passou a ser alvo dos inflamados pronunciamentos de Leonel Brizola, que reivindicava para si a pasta.²¹

Com o afastamento de Carvalho Pinto, em dezembro, entra para seu lugar o pessedista Nei Galvão. O mesmo regulamentou a Lei de Remessa de Lucro que *“considerava como capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas, apenas corroboravam o clima de*

²⁰ Idem

²¹ idem

radicalização política e de insolvência econômica que marcaria o final do governo João Goulart.”²²

Através disto, no último ano de seu mandato, a crise econômica brasileira continuava a crescer – expansão monetária em 64,3 % e taxa de inflação em 80%. Neste sentido, a irresponsabilidade fiscal somado ao descontrole de emissão, fragilidade política e a falta de apoio por parte do capital internacional podem ser considerados os fatores decisivos para a recessão da economia do país.

1.2 – As reformas de Base e a busca pela reforma agrária.

Desde sua posse na presidência da república, João Goulart tinha como intuito a aplicação das chamadas “reformas de base” e no decorrer de seu governo foram tomando força. Entretanto, somente com a retomada de seus poderes, em 1963, é que estas aparecem com maiores necessidade.

A mesma reunia uma série de iniciativas como reforma bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária bem como a extensão do voto aos analfabetos e patentes subalternas das forças armadas (marinheiros e sargentos por exemplo). Ao mesmo tempo havia ali uma defesa das medidas nacionalista no que diz respeito à intervenção do estado na vida econômica e no controle dos investimentos estrangeiros no país (regulamentação das remessas de lucros para o exterior).

João Goulart compreendeu logo a necessidade urgente de tomar a iniciativa de propor as reformas estruturais de que o país precisava para o seu desenvolvimento. Propôs ao congresso Nacional as reformas de base, como eram chamadas, a saber:

- Administrativa: para dotar o país de uma administração ágil, sadia e progressista, despida dos vícios burocráticos e da corrupção;
- Agrária: para atender às necessidades gerais do povo, sobretudo o povo do campo permitindo-lhe condições de prosperidade e vida digna, que o mantivesse no campo, no trabalho agrícola, transformando o interior num celeiro de riqueza alimentar para todo o país, evitando que se transformasse em marginal, como vem acontecendo, com o êxodo rural;
- Bancária: democratizar o atendimento aos produtores do campo, das pequenas médias empresas, obedecendo a uma rigorosa fiscalização da aplicação do capital;

²² Idem

- cambial: criando um sistema de defesa e de proteção dos interesses nacionais, sob a égide de uma lei nacionalista;
- educacional: qualquer país que aspire ao desenvolvimento tem que fazer uma reforma educacional que atinja, indistintamente, a todo o povo. Escola para o povo em todos os lugares: educação não é gasto, mas sim investimento para o futuro da pátria;
- Eleitoral: para das organização política ao Brasil moderno, criando aspectos positivos contra as posições arcaicas e anti-progressistas de dominação política de minorias sobre as maiorias;
- Tributárias: que corrigisse as injustiças, de forma a compensar as desigualdades e distorções sociais;
- Universitária: para promover o estudo do desenvolvimento nacional de acordo com as necessidades, tendo em vista os grandes progressos científicos;
- Urbana: para atender às necessidades mínimas de cada família no seu direito a um teto, cobrando de cada uma a contrapartida de sua contribuição social.²³

Contudo, a medida mais importante das Reformas seria a reforma agrária que tinham como principal objetivo a extinção dos conflitos pela posse de terra a fim de garantir o acesso à propriedade a milhões de trabalhadores rurais. Para tanto, como já havia pronunciado no discurso realizado no 1º Congresso Camponês em Belo Horizonte (novembro de 1961), havia a necessidade de alterações na Constituição brasileira no que diz respeito à exigência de indenização prévia (em dinheiro) para as terras desapropriadas; fato que gerou resistência por parte dos setores conservadores do governo²⁴.

Como forma de superação, no ano de 1962, Goulart cria o Conselho Nacional de Reforma Agrária. Entretanto, tal conselho não obteve nenhum resultado prático já que durante o governo parlamentarista tal agenda não sofrera nenhuma alteração e assim sendo, apenas em 1963 tal pauta retoma ao centro do debate político.

Neste contexto, é apresentado, por João Goulart, as lideranças políticas um anteprojeto de reforma agrária para debate já que esta configurava-se uma dos problemas sociais mais sérios uma vez que seria resultante da má distribuição de renda – o padrão conservador da propriedade

²³ FRÓES, Hemílcio. Véspera do Primeiro de Abril: ou nacionalistas ou entreguistas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

²⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. As reformas de base. In: CPDOC. **A trajetória Política de João Goulart**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base Acesso em: 29.jun.2011

de terra no Brasil que teria sido instituído no período colonial ²⁵. Tal projeto previa a desapropriação de terras – em dívida pública - o que automaticamente pedia a alteração constitucional. Aliado a isto, é tomada uma segunda iniciativa a fim de acelerar a agenda das reformas. Esta consistia no envio de uma emenda constitucional que tinha como propósito o pagamento de indenização de imóveis urbanos expropriados por interesses sociais com títulos da dívida pública. Todavia, ambas as propostas foram desaprovada pelo Congresso Nacional o que gerou uma reação nos grupos de esquerda.

Assim, é possível perceber que a distribuição escolhida pelo presidente não atingiria somente a população do campo mas sim toda a nação. Como se sabe, havia uma má distribuição dos bens industrializados gerada pela pobreza que atingiam grande parte da população e assim sendo, a reforma agrária tornar-se-ia um viés para colocar o país nos trilhos da industrialização o que acarretaria no melhoramento do desenvolvimento econômico. Entretanto, as medidas propostas para resolução do problema rural brasileiro que tinham como meta o que fora exposto anteriormente sofreram grandes resistências por parte do congresso²⁶.

A partir daí, os movimentos populares, visto principalmente pelo crescimento do poderio dos trabalhadores urbanos e da organização das massas rurais (que estavam em crescimento), intensifica as pressões sobre o governo em prol das reformas de base. Outro fator que demonstrava a urgência de se executarem as reformas pode ser visto na Revolta dos Sargentos (setembro de 1963) que tinham como intuito, por parte dos graduados das forças armadas (sargentos, suboficiais e cabos), o cumprimento de mandatos parlamentares em todas as esferas, fato que entrava em choque com a constituição de 1946.

No ultimo ano de seu governo, João Goulart isola-se ao mesmo tempo em que as negociações com o Partido Social Democrático (PSD) e alas conservadoras em prol da efetivação da agenda do governo é esgotada.

²⁵ GRYSZPAN, Mario. A questão Agrária no Governo Jango. In: CPDOC. **A trajetória Política de João Goulart**. Disponível em: <
http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango > Acesso em: 29.jun.2011

²⁶ Idem

Assim, o presidente utiliza-se na organização de uma ofensiva política – com o apoio principalmente das esquerdas – para efetivação das reformas de base. Este era composto de uma agenda com série de comícios na tentativa de mobilização da população na causa das reformas de base.

O primeiro comício desta série de “*Comício das Reformas*”²⁷ fora realizado no dia 13 de março de 1964 na estação da Central do Brasil (Rio de Janeiro), com cerca de 150.000 pessoas. Aproveitando-se deste, Goulart tornou público a necessidade de alterações na Constituição bem como a adoção de novas medidas, como por exemplo, a encampação das refinarias de petróleo particulares e a probabilidade de expropriação das propriedades privadas que foram valorizadas através de investimentos públicos (situadas às margens de estradas e açudes).

Com isto, é possível perceber que este dispositivo constitucional acabara servindo como uma barreira para a concretização da reforma agrária no Brasil.

Um dos empecilhos à realização de uma ampla reforma agrária no país era o dispositivo constitucional determinando que desapropriações de terras deveriam se dar mediante prévia indenização em dinheiro. Alegando inexistência de recursos suficientes, o governo, por intermédio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), passou a propor uma reforma constitucional que permitisse o pagamento das indenizações em títulos da dívida agrária. A solução da questão agrária articulava-se a uma série de outras mudanças constitucionais propostas pelo governo, as chamadas reformas de base, anunciadas como fundamentais para o desenvolvimento nacional. Sua aprovação, contudo, tratando-se de reformas constitucionais, demandava um apoio de 3/5 do Congresso, o que nunca chegou a ser conseguido.²⁸

Contudo, as medidas tomadas pelo governo que visavam a aprovação da reforma fizeram surgir inúmeras desavenças com os grupos do centro que até então davam-lhe apoio e suporte – como é o caso do Partido Social Democrático (PSD) – o que dá margens para a efetivação do golpe de estado efetivado meses depois.

²⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. As reformas de base. In: CPDOC. **A trajetória Política de João Goulart**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base Acesso em: 29.jun.2011

²⁸ GRYSZPAN, Mario. A questão Agrária no Governo Jango. In: CPDOC. **A trajetória Política de João Goulart**. Disponível em: < http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango > Acesso em: 29.jun.2011

Efetivação do Golpe de Estado.

Governo Goulart foi marcado por uma grande pressão em cima do mesmo. Como vimos no capítulo anterior, desde a renúncia de Janio Quadros que militares colocaram-se contra a posse de Goulart que em meio ao caos tentava governar de forma digna. As tentativas de reforma de base foram fracassadas e mais tarde serviram de base para as grandes críticas ao governo e conseqüentemente na renúncia e viagem de Goulart para o Uruguai.

2.1 – O Dispositivo Militar

Em meio a crise que assolava o país, João Goulart toma a iniciativa de nomear para cargos elevados somente pessoas que lhe inspirasse confiança. É neste contexto, que é montado um “*dispositivo*” militar que apoiasse as reformas de base propostas pelo mesmo. Um grande exemplo disto é a nomeação de Assis Brasil para chefe de gabinete – no que diz respeito à política, o mesmo recebia orientações vindas da Casa Militar da Presidência²⁹.

Para o sucesso do dispositivo e vitória da esquerda sobre os seus opositores, Goulart contava com o apoio da Aeronáutica, acreditando que com a ajuda destes haveria uma neutralização de seus opositores. Além disto, a desmoralização da marinha e o apoio de Jair Dantas Ribeiro (apoio do exército) eram pontos ganhos.

2.2 - Início do Fim: Discurso de 30 de Março e a iniciativa de Mourão.

A crise ia aos poucos tomando conta do país. A montagem de um dispositivo efetivado pelo governo foi por diversas vezes criticado pela oposição. Aliado a isto, a revolta dos marinheiros e a quebra de hierarquia no

²⁹ FICO, 2004.

exército colocavam o país de “pernas pro ar”. É neste contexto, que um convite, realizado pelos militares, pode ser o ponta pé inicial para o ponto final dado ao governo.

O convite era, a princípio, uma tentativa de homenagear o presidente e fora feito pela associação dos subtenentes e sargentos da polícia militar do ministério da Justiça (ASSPM). Entretanto, ocorreram pedidos de reformas de base, principalmente no que diz respeito às forças armadas.

Em 30 de março de 1964, no auditório dos suboficiais e sargentos das forças armadas, Goulart realiza um comício, mesmo com a tentativa de Tancredo Neves (Deputado) e Raul Ruff de convencer o mesmo a não participar da reunião usando como justificativa a crise militar³⁰. Neste discurso, o presidente assume uma postura ríspida em relação à oposição a seu governo bem como coloca fim as tentativas de conciliação – esta fora mostrada quando houve a opção de acabar com o dispositivo montado pelo mesmo.

Alem disto, houve uma tentativa de realização de discursos por parte de alguns militares, o que foi impedido pela mesma junta que era tão criticada pela oposição – almirante Candido Aragão e Cabo José Anselmo foram recebidos com aplausos, mas são grandes exemplos da então eficácia do dispositivo de Jango³¹.

O trabalho realizado em prol da desestabilização do governo de Goulart seguia conforme fora postulado por seus idealizadores. Como não conseguiram evitar a posse do presidente, seguiam no aguarda de uma falha do governo para dar sequência ao movimento que tiraria Jango do poder.

O “dispositivo” montado por João Goulart e a estratégia de manter as pessoas que iam contra seus ideais afastadas, somadas ao discurso agressivo realizado pelo mesmo mostrava que a hora da revolução estava chegando. Em Minas Gerais, Carlos Luiz Guedes (Comandante da infantaria Divisionária/ 4) e o general da 4º Região Militar / 4º Divisão de infantaria, Olympio Mourão, recusavam-se a espera da ‘senha’ já que os mesmos estavam prestes a serem afastados por não passarem confiança – o motivo da

³⁰ GASPARI, 2002.

³¹ CARNEIRO, Gláucio. Fala aos Sargentos: Princípio do Fim. **O Cruzeiro**: Online. [s.l.]. 10.Abr.1964. Disponível em: <memoriaviva.com.Br/ocruzeiro/10041964/100464_1.htm > Acesso em 28 de abril de 2011

permanência destes em seus respectivos cargos estava no fato de não se darem bem³².

A ideia de Mourão era derrubar Jango através de um golpe fulminante (Operação Popeye), ou seja, sair de Juiz de Fora com uma tropa pequena e bem treinada e tomar o prédio do Ministério da Guerra. Tal iniciativa era criticada tanto por Guedes quanto por Magalhães Pinto que acreditavam ser mais eficaz a rebelião, dentro de Minas Gerais, seguida do desligamento do estado em relação ao governo central.

Neste mesmo contexto, visando os “planos conspiradores de Minas Gerais” é enviado para Washington um telegrama. O mesmo estava contido de informações sobre a suposta ameaça comunista que estava assolando o país bem como as intenções de intervenções e o temor pela falta de recursos para manter a revolução. Através disto, é oferecida ao Brasil (aos revolucionários) uma tarefa naval que fora autorizada por Lyndon Johnson em 20 de março de 1964. Todavia, a intervenção, também conhecida como “plano de contingência”, sobre a crise brasileira ocorreria somente em casos de necessidades.

Aliado a isto, no momento posterior ao discurso realizado para os oficiais, Washington recebem informações sobre a possibilidade de golpe em 48 horas. Contudo, em Juiz de Fora, Mourão decide sair com suas tropas na madrugada do dia 31 de março. A iniciativa de Mourão foi inesperada (tanto para seus companheiros de ideais quanto para o dispositivo de Jango) e a grande maioria dos revolucionários temia o insucesso do mesmo. Um grande exemplo disto foi à tentativa de Castelo Branco em paralisar as tropas de Mourão, mas, infelizmente, ou felizmente já não havia mais o que fazer.

A partir deste momento, o “dispositivo” de Goulart, montado por Assis Brasil entra em ação. Havia por parte destes a idéia de que o mesmo seria o suficiente para impedir que a revolução avançasse. A princípio, tal recíproca era verdadeira já que a rebelião imposta por Mourão não detinha de apoio suficiente que garantisse sua eficácia.

³² GASPARI, 2002.

Neste contexto, no Rio de Janeiro, as movimentações em prol da revolução só ocorriam na tentativa de proteger Castelo Branco (envio de uma guarda para impedir sua prisão) e, caso houvesse possibilidades, a dominação do prédio. A revolução estava estagnada e o dispositivo mostrava sua eficácia – ocupação das saídas do Rio de Janeiro e controle da comunicação. Além disto, o governo utiliza de notas oficiais, lançadas em Juiz de Fora, para evidenciar o sucesso obtido pelo mesmo. Em primeira instância, a presidência toma por nota: “*confia no espírito legalista das forças armadas*” e, por conseguinte o ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro no qual dava garantia acerca da lealdade do “dispositivo”.

Porém, para a efetivação da vitória do governo havia outras atividades para serem realizadas como, por exemplo, a intervenção no congresso e nas lideranças de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara. Aliado a isto estaria à necessidade de abluir parte da oficialidade das forças Armadas, censurar a imprensa bem como o auxílio do “dispositivo e da “máquina filocomunista”³³. Nesse sentido, era necessário por fim na entidade republicana o que de certo modo não fora realizado por Goulart que se mantinha em ponto morto.

2.3 – A Derrocada do dispositivo e vitória do movimento revolucionário.

O principal objetivo do movimento revolucionário era a retirada de Jango do poder, mas, não detinham de maiores planejamento. Por outro lado, os contra-revolucionários usavam de todas as suas forças para manter o poder nas mãos de João Goulart – um ponto em comum entre os mesmos era a ausência de perspectivas.

A partir deste momento, o dispositivo que se mostrava, até então, tão eficaz começa a perder suas forças, o que demonstra que a derrota inicial sofrida pelos revolucionários tenha ocorrido pela falta de adeptos à iniciativa de Mourão. Tal fato pode ser percebido pela tentativa de Kruehl em fazer com que o presidente, por suas próprias mãos, desmantelasse o grupo formado por ele.

³³ Idem

Ou seja, que o mesmo afastasse-se da esquerda e eliminasse de seu ministério aqueles que detinham de ideais radicais – Abelardo Jurema (ministro da Justiça) e Darcy Ribeiro (chefe do Gabinete civil) eram os mais cotados – bem como colocar na ilegalidade o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Todavia, Goulart mantém-se firme no posicionamento adquirido antes do início da rebelião. Através disto, Kruel volta-se contra o governo e adere à revolução – a decomposição da base militar de João Goulart se dá a partir da saída deste e de Justiniano Alves Bastos. E assim, o movimento que detinha apenas o apoio de sargentos de Minas Gerais passa a conseguir mais adeptos. E vendo-se desfavorecido politicamente, o presidente parte para Brasília, o que em poucos dias colocaria fim a seu “dispositivo”.

Sem o dispositivo, o golpe começa a obter sucesso e destaque principalmente a partir da invasão do QG, devido a sua proximidade com a TV Rio (maior emissora de televisão). Somado a isso, há uma tentativa por parte dos revoltosos em obter um maior número de aliados, levando principalmente aqueles que estavam indecisos além de planos futuros de invasão do congresso – realizado por Darcy Ribeiro.

A partir deste momento, as marcas do desmantelamento do governo começam a vir a tona. Neste sentido, é possível notar que mesmo demonstrava que não mais iria esboçar alguma reação, uma vez que a tentativa de articulação da mesma por parte dos militares legalistas bem como a tentativa de greve Geral, proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em apoio ao governo não obtiveram resultados. Assim, o presidente parte para o Rio Grande do Sul - visto aqui como uma outra marca da inoperância da reação do governo – dando margens para que Auro de Moura Andrade declarasse vaga a cadeira de presidência da república.

Assim, Rammanieri Mazzilli, então presidente da câmara, tenta tomar posse no planalto. Entretanto, como Jango ainda encontrava-se em terras brasileiras a posse do mesmo tornava-se inconstitucional. Dentro deste contexto, temendo os ataques dos revolucionários, João Goulart juntamente com Assis Brasil parte para São Borja. Eis que no dia 4, devido a precariedade da segurança o agora ex-presidente parte para o Uruguai.

Consolidação do Governo Militar: A posse de Castelo Branco

A ânsia pela retirada de João Goulart do governo era tão grande que antes mesmo dele sair das terras brasileiras, Ranieri Mazzilli tentava tomar posse no planalto. Além disto, Lyndon Johnson, grande articulador da Operação Brother Sam, envia congratulações ao presidente da câmara bem como coloca fim à ajuda ofensiva já que o governo não mais iria reagir. Entretanto, para a efetivação do sucesso do movimento revolucionário, os mesmos tiveram de esperar até o dia 4 de abril, data na qual o agora ex-presidente lança mão dos seus deveres constitucionais e parte para o exílio no Uruguai.

A partir deste momento, o governo militar necessitava de uma organização já que ainda não houvera articulado nem mesmo quem tomaria o poder. Arthur da Costa e Silva, nomeia-se comandante do “exército nacional” e paralelamente, assume o “*comando supremo da revolução*”³⁴ que além deste teria Augusto Hamann Rodemaker Grümewald (vice-almirante) e Francisco de Assis Correia de Mello (Brigadeiro). Tal comando teria como principal função a escolha de um nome efetivo para ocupar a cadeira de presidente da república.

No dia 2 de abril, o general Costa e Silva enviou uma notificação a todos os comandos militares informando-os que, em virtude de ser o membro do Alto Comando mais antigo, assumia o comando do Exército. Desse modo, Costa e Silva auto-nomeava-se Comandante-em-Chefe do Exército, cargo habitualmente exercido pelo Presidente da República. Costa e Silva organizou, no dia 2, o “Comando Supremo da Revolução”, composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e ele próprio como representante do Exército e homem-forte do triunvirato.³⁵

Em reunião para tal articulação fica afirmado que quem assumiria a presidência seria Castelo Branco. Nome a princípio vetado por Costa e Silva, mas horas depois fora convencido que o melhor seria que Castelo Branco assumisse o governo.

³⁴ FICO, 2004

³⁵ CASTRO, Celso. O golpe de 1964. In: CPDOC. **A trajetória Política de João Goulart.**

Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_golpe_de_1964> Acesso em: [25.jun.2011]

Assim fica definido que o primeiro presidente da junta militar seria Castelo Branco e Costa e Silva tomaria frente ao Ministério da Guerra. Tudo conseguido através de uma manobra política – ao que tudo indica o mesmo declarou ter ocorrido uma cerimônia que jamais aconteceu³⁶.

Entretanto antes de dar posse a Castelo Branco, o “comando supremo da revolução” edita o primeiro Ato Institucional (AI-1) – no dia 9 de abril. Neste, é dada as primeiras permissões para as cassações de mandatos parlamentares e suspensão dos direitos políticos. Aliado a isto, são liberados os inquéritos e as punições – mais tarde os responsáveis pela aplicação do mesmo serão responsáveis pelo embrião da “comunidade de segurança e informação” marca constante da “linha dura” do governo.

Durante os primeiros dias após o sucesso da revolução os setores ligados a esquerda como, por exemplo, a UNE (União Nacional dos Estudantes) a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), Ligas Camponesas, JUC (Juventude Universitária Católica) e AP (Ação Popular) que estavam sempre ao lado das atitudes tomadas por Jango. De outro lado, os setores sociais que temiam a ameaça comunista e a crise econômica que a cada dia mostrava-se pior – como título de exemplos temos os empresariados, imprensa, governantes do estado da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo - comemorava a vitória do movimento revolucionário com a realização de uma “Marcha da Família, com Deus pela Liberdade”.³⁷

Assim, somente no dia 15 de abril de 1964, após a operação limpeza estipulada pelo Comando Supremo da Revolução, é que Castelo Branco toma posse. Entretanto, os atos demarcados pelo AI-1 continuam a ter validade até o final de seu governo o que de fato não acontece já que as punições revolucionárias ocorrem até dois meses após sua entrada no governo.

³⁶ Gaspari, 2002

³⁷ Fico, 2004

Conclusão

As eleições de 1960 transformaram o cotidiano político do Brasil por dois aspectos. Em primeiro plano por colocar dois adversários políticos, com ideologias distintas para governar o país e em segundo pela pressão política a qual Jânio Quadros não suportou e abandonou seus deveres renunciando. Tudo isso, somado a posse de Renieri Mazzili, mesmo que por alguns dias, podem ser considerados fatores decisivos para o planejamento do movimento revolucionário.

Como fora dito nos capítulos anteriores, após a renúncia de Jânio Quadros, militares, que faziam parte dos ministérios do mesmo, colocaram-se contra a posse do vice-presidente que estava cumprindo assuntos políticos na China. Utilizando de recursos não constitucionais e alegando defesa da democracia, os mesmos tentaram a qualquer custo impedir a posse do então vice-presidente. Fatos que dão indícios de uma possível revolução militar.

Contrariando as expectativas, mas não negando as críticas e posicionamento dos militares em questão, a posse de Goulart é permitida. Entretanto, como forma de evitar qualquer tentativa de golpe por parte dos mesmos limitaram os poderes de João Goulart submetendo o país ao regime parlamentarista.

Contudo, não desistindo de cumprir seus deveres presidenciais e obtendo ajuda de trabalhadores, sindicatos – que davam ameaças de greve – e de governantes que primavam pela constituição, através de um plebiscito, o presidencialismo volta e conseqüentemente os poderes constitucionais do presidente que juntamente com seu ministério teriam por dever solucionar a crise econômica que assolava o país.

Os problemas econômicos e a necessidade de reformas nas bases políticas tornaram-se então as prioridades do presidente. Todavia as soluções

aplicadas apenas faziam com que o país se afundasse cada vez na crise - as tentativas de controle dos déficits de inflação entraram em contradição principalmente após a liberação do aumento de salário. Por outro lado, o congresso mantinha-se firme nas restrições das reformas de base que com os passar dos meses eram cada vez mais cobradas.

Não obstante, as tentativas de modificação da constituição federal, por parte do presidente, também ajudaram para o descontrole da efetivação da reforma agrária que mesmo com o apoio da população não foram conquistada.

Assim, a falta de conquistas efetivas fez com que o líder do governo perdesse seu prestígio. Somado a isto, o descontentamento de uma parcela da sociedade no que diz respeito à sua aproximação com a esquerda fizeram com que a tentativa de Golpe cada vez mais se aproximasse. Além disto, a montagem de um dispositivo, a meu ver uma defensiva estratégica, que teria tudo para dar certo, devido a falhas do próprio governante serviu apenas como uma fonte para retardar o que já estava meticulosamente arquitetado.

A partir deste momento, Goulart passa a agir apenas na defensiva e um grande exemplo disto é o discurso dado aos sargentos. Como foram vista anteriormente, o mesmo mantêm-se firme no seu posicionamento e de forma alguma demonstra que iria voltar atrás nas decisões tomadas. Porém, a atitude de Mourão – inesperada para todos – coloca em xeque o governo de Goulart.

Assim, somente com a falta de atitude do presidente e posteriormente com sua saída do Rio de Janeiro é que o movimento revolucionário ganha forças. Deste momento em diante, as forças revolucionárias já haviam tomado conta do país e para a finalização do mesmo bastava apenas saída de Goulart do Brasil.

Antes mesmo da concretização da vitória, já que Goulart encontrava-se em terras brasileiras fato que impedia a posse de um novo presidente, já se era comemorado. Como podemos perceber nestes instantes Mazzili tentava tomar posse no Planalto ao passo que Costa e Silva nomeava-se chefe do “Comando Supremo da Revolução”. Mas, a vitória efetiva do movimento revolucionário tivera de esperar apenas mais alguns dias, já que no dia 4 Goulart parte para o Uruguai deixando vaga a cadeira da presidência.

Cabia agora aos revolucionários a organização Brasil. Como chefe do “Comando Supremo da Revolução”, Costa e Silva abre uma votação para saber que seria o novo líder do governo. Ao final desta, Castelo Branco tem sua indicação autorizada tomando posse 10 dias após o fim da revolução. Antes porém, são tomadas algumas medidas para que as esquerdas não efetivassem uma contra revolução – a operação limpeza – momento no qual são permitidas as primeiras cassações e perseguições políticas (feitas através da edição do primeiro ato institucional).

Em suma, o governo de Goulart fora marcado pelas crises econômicas e tentativas fracassadas de uma melhor organização do Brasil. Os revolucionários tanto tentaram que conseguiram fazer suas vontades mesmo que alguns anos mais tarde. A população dividiu-se em dois lados, aqueles que temiam a ameaça comunista e aqueles que uma vez dando apoio a esquerda foram perseguidos e torturados. Contudo, todos estes atores sociais entraram em uma nova fase da história do Brasil: O Governo militar.

Referências

A Batalha da Guanabara. In: **O Cruzeiro**: Online. [s.l.]. 10. Abr. 1964 Disponível em:

< memoriaviva.com.Br/ocruzeiro/10041964/100464_6.htm> . Acesso em 12 de maio de 2011.

CARNEIRO, Gláucio. Fala aos Sargentos: Princípio do Fim. **O Cruzeiro**: Online. [s.l.]. 10.Abr.1964. Disponível em: < memoriaviva.com.Br/ocruzeiro/10041964/100464_1.htm > Acesso em 28 de abril de 2011.

CASTRO, Celso. O golpe de 1964. In: CPDOC. **A trajetória Política de João Goulart**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/O_golpe_de_1964> Acesso em: [25.jun.2011]

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia**. In: FAPESP. Scielo - Scientific Electronic Librany Online. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>. Acesso em: 05.jun.2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. As reformas de base. In: CPDOC. **A trajetória Política de João Goulart**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_baseAcesso em: 29.jun.2011

FICO, Carlos. **Alem do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 391

FROÉS, Hemílcio. **Vésperas de primeiro de abril**: ou nacionalismo X Entreguista. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

GASPARI, Elio. **A ditadura Envergonhada**. São Paulo. Companhia das Letras, 2002. p.417.

GRYNSZPAN, Mario. A questão Agrário no Governo Jango. In: CPDOC. **A trajetória Política de João Goulart**. Disponível em: <

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango > Acesso em: 29.jun.2011

HELENO, Alexandre Peixoto. **Revisando as memórias de Clodesmidt Riani:** Trajetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o golpe civil e militar de 1964. 2007. 39 f. Tese (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humana, UFJF, Juiz de Fora, 2007.

KORNIS, Mônica Almeida. Parlamentarismo: Sim ou não? In: **A trajetória Política de João Goulart**. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao> Acesso em: [17.jun.2011]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em:
<http://www.presidencia.gov.br/info_historicas/galeria_pres/galquadros>.
Acesso em: 01. Jun.2011

SARMENTO, Carlos Eduardo. O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo. In: CPDOC. **A trajetória Política de João Goulart**. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica> Acesso em 29.jun.2011

Fontes

Bibliotecas:

Biblioteca Universitária

Biblioteca pessoal.

Meios Eletrônicos:

CPDOC < <http://cpdoc.fgv.br>>

Memória Viva < memoriaviva.com.br >

Presidência da República < <http://www.presidencia.gov.br> >

Scielo - Scientific Electronic Library Online. < www.scielo.br >